

comissão ou Deputado ao Presidente da Assembleia, cabendo recurso do despacho ao Plenário, no prazo de cinco dias úteis a partir de sua publicação".

Razão pela qual o meu parecer ao Projeto de Lei nº 2089/2020 é pela ANEXAÇÃO ao Projeto de Lei nº 2034/2020.

Sala das Comissões, 26 de março de 2010.
Deputado MÁRCIO PACHECO, Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 1ª Reunião Extraordinária Remota, realizada em 30 de março de 2020, aprovou o parecer do relator pela ANEXAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 2089/2020 AO PROJETO DE LEI Nº 2034/2020.

Sala das Comissões, 30 de março de 2020.
Deputados MÁRCIO PACHECO, Presidente; JORGE FELIPE NETO, LUIZ PAULO, MAX LEMOS, ALEXANDRE KNOPOCH, membros efetivos e MÔNICA FRANCISCO, suplente

*(Republicado por haver saído com incorreções)

COMISSÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos quatro dias de junho de dois mil e dezenove, às treze horas, no Auditório Senador Nelson Carneiro, no Palácio Vinte e Três de Julho, anexo do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão de Saneamento Ambiental, sob a presidência do Senhor Deputado MARCELO DO SEU DINO, membro efetivo desta comissão no exercício da presidência, para a realização da quarta Audiência Pública, conforme edital publicado, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre as providências tomadas acerca do vazamento de óleo que atingiu as praias dos municípios de Arraial do Cabo e de Armação dos Búzios. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os presentes e justificou a ausência do Presidente desta comissão, Deputado GUSTAVO SCHMIDT, que se encontra em Brasília. Em seguida, convidou para compor a Mesa os Senhores Deputados DR. SERGINHO e SUBTENENTE BERNARDO, que são oriundos daquela região; o Capitão de Mar e Guerra ANDRÉ LUIZ DE ANDRADE FÉLIX, da Capitania dos Portos; o Professor Dr. DAVID ZEE, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ; as Defensoras Públicas Doutoradas CÍNTIA GUEDES e THAÍSA GUERREIRO; o Senhor FERNANDO SAVINO, Superintendente Regional de Lagos de São João, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Secretário Municipal de Meio Ambiente, ARILDO MENDES, da Prefeitura de Arraial do Cabo. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente relatou que solicitou a presente audiência logo que tomou ciência do fato, que se preocupa com a frequência dessas ocorrências, sendo a terceira este ano, e que, estando naquela localidade quando do ocorrido, preparara um vídeo com imagens das manchas de óleo nas referidas praias, o qual passou a apresentar. Em seguida, em sua fala inicial, o Senhor Deputado DR. SERGINHO destacou os dois pontos de aparente conflito: de um lado o desenvolvimento da economia através da exploração do petróleo, que gera royalties para aquela região, de outro, a preservação do meio ambiente, que "deve ser salvaguardado com todas as forças", considerando, inclusive, o potencial do turismo vinculado ao ecossistema. Por seu turno, o Senhor Deputado SUBTENENTE BERNARDO ressaltou que é preciso ouvir os técnicos, apurar responsabilidades e punir os culpados. Corroborando com os discursos anteriores, o Senhor Deputado MARCELO DO SEU DINO lamentou que não tivesse havido atitudes preventivas que evitassem a chegada das manchas às praias e questionou sobre o sistema de manutenção das instalações e sobre a fiscalização dos órgãos competentes, passando a palavra ao Professor DAVID ZEE. O palestrante convidado deu início à sua apresentação, a qual, entre as abordagens essencialmente técnicas, ressaltou a questão da responsabilização das empresas com a sociedade, utilizando-se do termo "compliance socioambiental" e suas abrangências, para explicar que as empresas não são responsáveis apenas por suas instalações, mas pelas consequências das instalações perante a sociedade e o entorno, salientando também a relevância do trabalho de parceria entre os atores envolvidos em prol do bem comum. Ao término da palestra, registrando sua insatisfação com a ausência de representação da Petrobrás no presente debate, o Senhor Presidente passou a palavra ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Arraial do Cabo, Senhor ARILDO MENDES, para suas considerações acerca do ocorrido e seus efeitos naquele município, tendo este apresentado um relatório detalhado, com o histórico e análise das atuações dos entes envolvidos desde o início do processo, da Defensoria, do Ministério Público Federal e do Ibama, ressaltando que "o município de Arraial do Cabo é uma reserva extrativista marinha federal, parque estadual - Parque Estadual Costa do Sol, e reservas e APAS, quase em toda a sua extensão municipal". Na sequência, foi concedida a palavra para os respectivos esclarecimentos aos representantes institucionais, na seguinte ordem: Senhor RICARDO MARCELO, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, que atentou para os limites do atual padrão de comunicação de emergência e as falhas no sistema de enfrentamento aos acidentes que provocam danos ambientais, e sugeriu alternativas, como mudança na legislação no que se refere à comunicação de emergência e criação de um fundo para prevenção e emergências ambientais; Capitão de Mar e Guerra ANDRÉ LUIZ FÉLIX, Capitão da Capitania dos Portos do Estado do Rio de Janeiro; a Defensora Pública Doutora CÍNTIA REGINA GUEDES, que esclareceu que "neste caso especificamente, a atuação da Defensoria Pública tem sido no sentido de viabilizar um acordo entre a Petrobrás e os pescadores e maricultores, que foram atingidos por esse desastre ambiental", e a Defensora Pública Doutora THAÍSA GUERREIRO, que complementou discorrendo sobre as ações da Defensoria Pública de reparação de danos patrimoniais e morais sofridos pelos pescadores, dando notícia, ainda, de que se encontra em andamento a negociação, pelo Ministério Público Federal, relativa à indenização e à reparação dos danos ambientais. A seguir, o Senhor Presidente sugeriu a "criação de uma pool, um consórcio, para que, de imediato, em qualquer tipo de problema eventual como esse, possa se entrar, de imediato", ressaltando que esse monitoramento deve ser feito periodicamente, após o que franqueou a palavra aos demais presentes, para perguntas e esclarecimentos, do que se valeram os Senhores Pedro, da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro, Fiperj; Ocimar de Carvalho e Almir Toñano, biólogo. Concluindo, em razão da relevância e teor das falas apresentadas, o Senhor Presidente determinou que fossem solicitadas as transcrições oficiais ao Departamento de Taquigrafia, para que passem a fazer parte integrante desta ata, e sejam publicadas na íntegra, além de permanecerem disponíveis à consulta, na secretaria desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, e não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente audiência pública, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente em exercício. Sala das Comissões, quatro de junho de dois mil e dezenove. (a)Lina Paula Costa Carneiro, matrícula 200.932-2, Secretária, e Deputado MARCELO DO SEU DINO, Presidente em exercício.

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo do Seu Dino) - Boa tarde. Sob a proteção de Deus, damos início a esta audiência pública. Às 13 horas do dia 4 de junho de 2019, havendo número regimental, declaramos abertos os trabalhos da 4ª audiência pública da Comissão de Saneamento Ambiental da Alerj, conforme edital publicado com a finalidade de obtermos os esclarecimentos sobre as providências tomadas acerca de vazamento de óleo oriundo da plataforma de petróleo que atingiu as praias de Arraial do Cabo e Armação dos Búzios. Informo que o presidente desta comissão, deputado Gustavo Schmidt, encontra-se em Brasília para um compromisso inadiável e não pode estar presente. A vice-presidente, a deputada Lucinha, está a caminho. Anuncio a presença dos deputados Dr. Serginho e Subtenente Bernardo.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus e a presença dos senhores aqui presentes, das instituições públicas aqui presentes e da

sociedade civil, que tão gentilmente aceitaram o nosso convite para esta relevante audiência. Convido para compor a Mesa - os dois deputados já estão aqui presentes -, capitão das Capitanias dos Portos, capitão de mar e guerra André Luiz de Andrade Félix. Da Uerj, professor David Zee. Nossa Defensoria tão querida, dra. Cíntia Guedes e dra. Thaísa. Do Inea, superintendente regional de Lagos de São João, Fernando Savino. E o secretário municipal de meio ambiente de Arraial do Cabo, Arildo Mendes.

Compondo a Mesa, eu quero agradecer a todos mais uma vez e dizer que tive esta iniciativa assim que tomei ciência do derramamento de petróleo naquela região. Estava, na época, naquela região. Os dois deputados aqui são oriundos daquela região. E fiz até um vídeo na hora. Estava assim... Fiquei um tanto quanto preocupado, visto tudo que vem acontecendo, o meio ambiente como vem sendo degradado, e fizemos o vídeo. Eu vou fazer uma pequena apresentação aqui. Fiz na hora. Peguei e fiz uma live lá, passando até no Facebook. Eu gostaria que colocassem.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo do Seu Dino) - Na realidade, hoje, o que estamos deparando no dia a dia, como posso colocar melhor e da melhor forma aqui, que as empresas - todas elas -, principalmente essa que é uma empresa de grande porte, muito importante dentro do nosso país, e você vê que constantemente, essa é a terceira vez nesse ano, que há um derramamento de petróleo. E não podemos deixar isso passar em branco, porque serão muitos outros. Estava conversando com o professor, tivemos também em Angra; às vezes transbordo de um navio para o outro. Então, essa audiência é exatamente para apurarmos e vemos em que pé ficou tudo isso; como, quais foram as atitudes e como vamos agir ao longo do tempo.

Quero passar aqui a palavra para o deputado.

O DR. SERGINHO - Bom-dia a todos. Querida cumprimentar nosso capitão de mar e guerra, sr. André Luiz de Andrade Félix; queria cumprimentar o professor David Zee; nossas defensoras públicas, dra. Cíntia e dra. Thaísa Guerreiro; queria cumprimentar meu amigo e companheiro Subtenente Bernardo, deputado da região, que nos acompanha nessa causa; queria cumprimentar o superintendente do Inea, Fernando Savino; e meu amigo secretário do meio ambiente, Arildo Mendes.

Senhoras e senhores, a pauta que nos traz hoje aqui é de suma importância, porque, na verdade, ela se atém a dois pontos que apresentam um aparente conflito, que seria o desenvolvimento da nossa economia através da exploração do petróleo, que gera os royalties para os municípios da Região dos Lagos, cuja economia do Estado hoje tem como principal fator de fomento de nossa economia. E, em outra ponta, seria o meio ambiente, que não pode ser deixado de lado em hipótese alguma, e nessa ponderação há um aparente conflito de interesse. Acho que o meio ambiente tem que ser salvaguardado com todas as forças daqueles que aqui estão, da sociedade civil como um todo, até porque a gente sabe que o nosso petróleo é finito, e, quando acabar, o que nos favorece no Estado do Rio de Janeiro como um todo, seria o nosso turismo vinculado ao nosso ecossistema.

Então, o meio ambiente tem que ser preservado como instrumento de fomento de nossa economia e como garantia das gerações futuras de ter um ambiente salutar. Parabênz ao presidente da sessão dessa audiência pública, o Marcelo do Seu Dino, pela iniciativa, em nome de toda a população da Região dos Lagos e do Estado do Rio de Janeiro. Hoje a gente tem aqui uma pauta que é suprapartidária; na verdade, acho que é de interesse de todos tratar desse tema. E a gente tem que tratar desse tema de uma maneira muito responsável e técnica, não poderíamos aqui estar fazendo o uso da política como instrumento desse derramamento de petróleo que lá existiu. A gente tem que buscar soluções e prevenções, para que não voltem a ocorrer, e ouvindo as pessoas que realmente entendem e são técnicas, para que aí sim, nós, enquanto políticos, possamos adotar as medidas que nos cabem de políticas públicas, de maneira séria, para salvaguardar realmente esse interesse que é de todos.

Então, parabênz ao Marcelo do Seu Dino e agradeço a presença de todas as autoridades que estão aqui. As autoridades, inclusive, do meio acadêmico, por se disponibilizarem e prontificarem a vir aqui. Agradeço a disponibilidade do capitão de mar e guerra, à nossa valorosa Marinha do Brasil, por estar aqui e se predispor a nos ajudar sobre o tema.

Meu muito obrigado a todos. Tenham um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo do Seu Dino) - Passo a palavra ao nobre deputado Subtenente Bernardo.

O SR. SUBTENENTE BERNARDO - Completando o que o Dr. Serginho falou, agradeço todas as pessoas. Sou um deputado - já fui policial -, gosto mais de ações; de ver. Vocês reunidos, o que quero? Que nós consigamos realmente acabar com essas poluições. Vira e mexe é uma poluição; ou é em Cabo Frio, ou é em Arraial. E quais são as providências? Sempre as mesmas. Faz aquela limpeza, mas nunca se pune os culpados. Acho que está na hora de o Brasil punir. Estamos vendo aí várias pessoas importantes sendo presas, e nunca pensamos em ser presas. Está na hora de pagar - o que estragou a praia, estragou a população. Mas, ser preso. A pessoa do estado tem que parar de pagar para ele, ele tem que pagar pelo que fez.

Então, temos que cobrar a poluição, mas também temos que cobrar que a pessoa responsável passe a ser responsável. Porque vejo em vários programas todo mundo falando do meio ambiente, "vamos salvar a baleia", "vamos salvar o golfinho", mas só falam em salvar, ninguém fala em prender quem não está salvando. Ultimamente essas comissões têm dado resultado, espero que a de hoje também dê; que nós saíamos daqui com a certeza de que as pessoas não vão ficar impunes. Sou a favor de consertar, mas não deixar impune quem fez. E publicar, e as pessoas ficarem conhecendo que o negócio não foi em vão; chegamos onde queríamos. Não tenho técnica para falar sobre o assunto, porque praia conheço muito de nadar, ir lá - gosto muito, já fui até salva-vidas -, mas há pessoas aqui que entendem, que vão explicar para a gente. E vamos ver se a gente segue esse princípio de punir. Botem na cabeça de vocês: temos que punir quem faz essa (não compreendido), vazamento. Quando tem um vazamento, é porque o navio já está furado há muito tempo e: ah, pode botar, não vai acontecer nada. Querida que saíssemos daqui com soluções, não com palavras e (não compreendido). Queremos soluções, e uma das soluções é essa: punir, com rigor, quem comete esse delito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo do Seu Dino) - Quero parabênz a fala dos dois deputados - Serginho colocou com grande propriedade. Uma hora vivemos um momento difícil no Brasil, exatamente por conta dos royalties, muitas outras coisas, mas o Brasil é um país maravilhoso. E quando falamos da Região dos Lagos e falamos da parte de Angra dos Reis, Mangaratiba, poderíamos estar explorando muito mais o turismo. E, lamentavelmente, quando ocorre um caso como esse, quando estive lá na praia, vi as pessoas saindo com petróleo no cabelo, nos pés, ou seja, totalmente incomodados ali. Irritante também a pele de muitas pessoas. E ali a Petrobras colocou pessoas para recolherem o petróleo que chegava até a praia, e você via uma mancha enorme no meio - aquelas águas são lindas -, e, infelizmente, você não vê realmente uma ação. Porque, na realidade, ele vazou a uma boa distância, mas se houvesse uma comunicação antes ou uma forma de prevenir para que não acontecesse, chegasse até as praias, tenho certeza de que poderia ser evitado. E os questionamentos serão feitos aqui, porque, infelizmente como tem sido feita essa manutenção? Como é feita a fiscalização? Temos aqui o Inea, a Marinha, que traz o nosso capitão aqui, e outros órgãos.

Então, vou deixar o professor David Zee, vai fazer uma apresentação, não é isso, professor? Ele vai fazer uma apresentação aqui. Fique à vontade.

O SR. DAVID ZEE - Boa-tarde a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer o convite feito pelo deputado Marcelo, que está presidindo a comissão hoje. Gostaria de cumprimentar também o deputado Sérgio, deputado Bernardo e as demais autoridades presentes na Mesa. E quando recebi o convite para vir fazer uma pequena prelação aqui para vocês, o deputado Marcelo até disse para mim: olha,

não vai lá fazer mais queixa, porque de queixa já estamos até aqui... Em nome da comissão, tenho uma missão de tentar esclarecer um pouco como essas coisas acontecem e desenvolver uma solução. Pelo entender do deputado, ele acredita que a solução começa com as parcerias. Estamos todos no mesmo estado; um estado que passa por tremendas dificuldades financeiras, econômicas, e temos que achar soluções em conjunto. Todos nós estamos envolvidos nisso. Infelizmente, não existe um único culpado; na verdade, existe responsabilidade de toda a ordem, assim como existe inocente de todo o lado. Antes houvesse apenas um culpado, porque aí como bem disse o deputado Bernardo, era só prender que a gente resolvia o problema. Mas como a gente não consegue fazer essas coisas todas, começar a prender todo mundo não vai resolver nada. Daqui a pouco não vai ter ninguém para achar soluções que efetivamente venham trabalhar para resolver essas coisas todas.

E aí queria falar um pouquinho sobre a questão das cláusulas(?). Hoje, uma das coisas importantes que a gente percebe, são as ameaças climáticas. É só chover um pouquinho, que a cidade para. É só, eventualmente, o mar ficar de ressaca, que temos problemas seríssimos ao longo da orla, principalmente nos municípios de frente para o mar. E como bem disse o deputado aqui, a economia desse estado depende do turismo, depende também do petróleo. Temos que achar uma solução onde todos possamos viver em harmonia, cada um com a sua responsabilidade e com suas obrigações.

Então, queria trazer o primeiro slide, por favor, para mostrar a questão da adaptação e riscos da sociedade, frente a essas novas ameaças climáticas. Aqui tem um pequeno cronograma dos eventos desastrosos que houveram por todos os países. Tivemos a questão das favelas aqui do Rio de Janeiro; Muzema, que houve o desmoronamento, problemas de funcionalidade urbana. Na hora que tem uma grande ressaca, algumas avenidas à beira-mar de Niterói, do Rio de Janeiro, Mangaratiba, Angra dos Reis, Região dos Lagos, todas elas sofrem problemas de funcionalidade. Ora o trânsito não se move, etc. O desastre do Morro do Bumba, em Niterói, e assim vai. O que a gente percebe nesse pequeno... A coisa está começando a ficar cada vez mais frequente. Temos que parar de gerir o estado, os municípios olhando pelo retrovisor, pelo que aconteceu. Temos que aprender com o que aconteceu e olhar para frente, para o futuro das coisas que vão acontecer.

Então, o que está acontecendo nas cidades? Todas as áreas melhores já estão sendo ocupadas, e para a comunidade, a sociedade e as indústrias sobram só terrenos ruins - ou terreno de encosta, ou terreno de várzea. E exatamente nesses locais, a fragilidade é maior e as consequências das mudanças climáticas começam a ficar cada vez mais sérias, mais ameaçadoras. E uma questão muito importante também é a desinformação social. De tanta queixa que a gente escuta, a gente não consegue entender de onde vem o problema. É tanto soco que a gente leva, que a gente não sabe quem é que está desferindo isso aí; a gente não consegue administrar o problema. É preciso saber a origem de tudo isso, e começar através dessas informações, formular protocolos de manutenção, métodos de manutenção, etc.

Então, temos que priorizar medidas preventivas ao invés de medidas corretivas. Depois do acidente implantado, é muito mais custoso, muito mais doloroso consertar do que prevenir. Aquela história da saúde: é mais inteligente a gente não deixar o cara ficar doente do que tratar ele no hospital. A comissão de saneamento é exatamente isso, prevenção. É mais inteligente a gente evitar que as pessoas fiquem doentes, porque depois que elas forem para o hospital e ficarem doentes é mais gasto, não apenas os gastos da saúde pública, mas gastos da própria pessoa, porque não consegue trabalhar, ele deixa de ir para o trabalho, é uma série de prejuízos e cascata. Mesma coisa dos desastres ambientais...

Próximo, por favor.

Próximo.

Então, o crescimento urbano não é preciso dizer que a gente está crescendo de uma forma acelerada, as cidades estão começando a ficar cada vez mais adensadas.

Então, qualquer acidentezinho, são dezenas de pessoas afetadas, antes, há alguns anos atrás, há algumas décadas atrás, quando acontecia uma chuva, essa coisa toda, era uma ou outra pessoa que era prejudicada, quando era prejudicada, hoje não, hoje são dezenas. Qualquer chuva um pouco mais forte já causa um problema sério. E nós também estamos percebendo que as chuvas estão cada vez mais grossas, não é? Pode chover o mesmo tempo, mas a quantidade de água que cai é muito maior; e a cidade começa a crescer quando nós começamos a impermeabilizar o solo. Aí, a água não tem por onde escoar, porque antes nós ainda tínhamos... Porque tinha várias áreas descobertas, agora nós impermeabilizamos tudo, temos que ocupar toda a cidade, todo mundo quer morar perto do trabalho, todo mundo quer... Na frente de casa asfalto, calçada, tudo isso impermeabiliza o solo e tira esse serviço ambiental.

Então, a perda dos serviços ambientais, as perdas dos serviços que a natureza... E quando a gente paga mais ainda parece que a qualidade de vida decresce por causa da concentração. Nós temos que aproveitar também e ver quais são os principais serviços que a natureza... Para que a gente possa mantê-las. Preservação do meio ambiente não é coisa de bicho-grilo, é questão de economia no bolso também, gente. Por isso que, por exemplo, a questão da Baía de Guanabara, no mesmo lugar que quer tirar... O cara joga esgoto. No mesmo lugar que quer aproveitar para navegação, fazer a travessia Rio-Niterói, os caras jogam lixo. No mesmo lugar que nós precisamos da economia do petróleo, o pessoal não tem cuidado e poluem as águas e aí mata os peixes, e aí desfavorece o turismo. Nós precisamos de turismo, nós precisamos de petróleo também. O que precisa, é uma empresa que nem a Petrobras, que é campeã em produção de águas profundas, tem alta tecnologia, não é capaz de desenvolver alta tecnologia de proteção e prevenção? Naturalmente que é, entendeu? As pessoas estão começando a entender hoje um pouquinho isso, o acidente de Brumadinho, o acidente da Vale do Rio Doce. Gente, o presidente da Vale, assim como o presidente da Petrobras, que tem uma visão, até então, ele tinha compromisso com a viabilidade da empresa, tinha que dar lucro. Agora, o pessoal está começando a perceber que não é só lucro que ele tem que dar para a empresa, ele tem que viabilizar a empresa, porque quem derrubou o presidente da Vale não foi o Ministério Público, não foi a polícia, sabem quem derrubou? Os acionistas. Vocês sabem por que que os acionistas derrubaram? Porque o presidente da Vale, até então os presidentes dessas empresas, só se pensava em quatro anos de governo. Só se pensava em cinco anos de presidência. Agora, os acionistas querem ter lucro permanente, ou seja, passa de geração para geração. Não adianta nada um dirigente durante os quatro anos se endividar até o talo e mandar a dívida para o outro pagar. E quem sofre é a cidade, quem sofre é a população, nós temos que ter uma visão plurigovernamental, uma visão de longo prazo, que a gente consiga perceber que não adianta ficar tomando empréstimo sem saber como vai pagar a conta. Porque chega no final, a gente que vai pagar a conta, entendeu? Nós temos que ser muito mais perspicazes e inteligentes no sentido de perceber esse lapso de tempo. Porque muitas vezes a gente vê o aqui e agora e não percebe o futuro.

Próximo, por favor.

Então, o que que nós temos hoje? Nós temos o fósforo, que é o gatilho, que é a ameaça climática, entendeu? Qualquer chuva mais forte, qualquer ressaca mais forte, qualquer calor um pouco maior, qualquer seca maior causa, para as áreas mais expostas... Se você tem problema de chuva em demasia, quem mora na encosta é uma área exposta, está certo? O risco ambiental depende de ameaça, que é o fósforo, que é a questão climática, depende dos fatores geográficos, que é exposição, para os municípios a beira da praia, a ressaca não é uma coisa muito boa hoje em dia, nós vamos ter problemas seríssimos, o Rio de Janeiro que o diga. E nós temos fatores urbanos que causam vulnerabilidade, o risco depende desses três fatores, eu vou mostrar para vocês como isso depende, isso é um bom exercício de gestão. Se eu tiver uma casa de papelão, uma cidade altamente vulnerável, uma região pantanosa, uma várzea, que é uma região de alta exposição ao perigo, mas se não chover, eu não tenho risco nenhum, risco zero. Se eu conseguir zerar qualquer um desses três fatores, eu zero o risco. O problema é que a ameaça climática a